



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido Popular Monárquico**

PA 08/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Incumprimento do regime legal das receitas de campanha – contribuições de partidos políticos (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP).....	4
2.3. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	6
2.4. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)	9
3. Decisão	10



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	PPM – Partido Popular Monárquico
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido Popular Monárquico
PPM	PPM – Partido Popular Monárquico
SMN	Salário Mínimo Nacional



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Popular Monárquico**, daqui em diante designado por **PPM**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 3. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c), ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

No caso, a Candidatura apresentou um Anexo com notas explicativas (cfr. fls. 40 do PA) que apenas contém informação relativa à decomposição das dívidas a terceiros e à data de



encerramento da conta bancária, estando omitidas todas as demais informações impostas pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho (SNC).

Note-se que o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas, conforme impõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea e), do SNC. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo, publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07, nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, do mesmo diploma.

2.2. Incumprimento do regime legal das receitas de campanha – contribuições de partidos políticos (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.



Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, a Candidatura registou no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuições de Partidos Políticos” as seguintes contribuições do Partido Popular Monárquico, no valor total de 1.700,00€ (cfr. fls. 81 do PA e extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN , aberta junto do banco “Caixa Geral de Depósitos, S.A.”, de fls. 26 a 29 do Anexo I do PA):

- A.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 1.650,00€, suportada pela transferência bancária datada de 11/03/2021 e com o descritivo “TRF TRF CAIXADIRECTA” (não identificando o ordenante), e;
- B.** Registo de contribuição de partido político, no valor de 50,00€, suportada pela transferência bancária datada a 12/04/2021 e com o descritivo “TRF PARTIDO POPULAR M”.

Da análise efetuada às contribuições supra identificadas verificou-se que não foi disponibilizado documento, emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido, que certifique os montantes efetivamente contribuídos, concluindo-se, pois, que não se mostram devidamente comprovadas as receitas provenientes de contribuições do PPM.

Pelo exposto, a situação supra descrita conduz à verificação da violação das disposições conjugadas nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003, do mesmo diploma.



2.3. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, foram registadas no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, Comunicação impressa e digital” (cfr. fls 70) despesas, no valor total de 88,84€, cujos valores unitários são divergentes dos valores de mercado contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho, conforme análise a seguir documentada (cfr. fls. 70 do PA):

- A.** Registo de despesa no valor total de 34,56€, suportada pela fatura “FA 20SMD/3711”, datada de 21/10/2020, do fornecedor “Accional – Publicidade e Comunicação Visual,



Lda.”, na qual estão elencados os seguintes meios de campanha adquiridos (cfr. 100 do PA):

- i. Duas unidades de “Vinil autocolante com impressão Digital”, com as dimensões “0,46 x 0,46”, pelo valor unitário de 5,25€.

Do capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.2 – Impressão digital em tela”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor máximo de mercado estabelecido para a aquisição de cartazes com “2.2.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68” é de 5,00€ por unidade.

Assim, ao serem adquiridos vinis autocolantes pelo valor unitário de 5,25€, verifica-se que foi ultrapassado o limite máximo em 0,25€, e;

- ii. Uma unidade de “Vinil autocolante com impressão Digital” com dimensão “0,20 x 0,20” e valor unitário de 1,00€.

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.2 – Impressão digital em tela”, extrai-se que este valor se encontra 4,00€ abaixo do limite mínimo estipulado para a aquisição de cartazes com “2.2.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68”, acima referida.

- B. Registo de despesa no valor de 2.238,46€, suportada pela fatura “00000861”, datada de 21/10/2020, do fornecedor “Maria Margarida C.M. Gonçalves da Rosa, Unip., Lda.”, na qual consta a aquisição de 23 unidades de cartazes impressos, com o descritivo “IMPRESSÃO CARTAZES – A3 4/0 papel coche 125gr Pico”, pelo valor unitário de 2,00€ (cfr. 104 do PA).

Do capítulo “III – Estruturas, cartazes e telas”, ponto “2 – Cartazes e telas”, subponto “2.1 – Impressão digital em papel”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de mercado estabelecido para a aquisição de cartazes com “2.1.6 – Medidas inferiores a 0,48 x 0,68” é de 4,00€ por unidade.



Pelo exposto, a Candidatura adquiriu cartazes A3 por valor inferior ao limite mínimo.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a), e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável. Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas em A. e B., não tendo sido objeto de esclarecimento por parte da Candidatura, e, conseqüentemente, não permitindo à ECFP aferir da razoabilidade das despesas identificadas, podiam consubstanciar a violação do disposto no artigo 12.º, nºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. E os valores unitários que se encontrem acima do limite máximo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, o seu excesso, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, não corresponde a uma despesa de campanha eleitoral nos termos do artigo 19.º, n.º 1, do mesmo diploma (cfr. por todos, o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho).

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se as irregularidades apuradas, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado da situação identificada em **A.ii e B.**, representa uma receita em violação do artigo 16.º, nº 1, da Lei n.º 19/2003 e no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado da situação identificada em **A.i.**, não representa uma despesa de campanha em violação do artigo 19.º, nº 1, da Lei n.º 19/2003.



2.4. Ausência de comunicação das ações e meios de campanha (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 2/2005, os partidos políticos e coligações eleitorais que apresentem candidaturas às eleições (...), estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo (cfr. Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro, que fixa o valor em 635,00€, para o ano de 2020).

No caso, a Candidatura registou no “Mapa 10 – Conta – Despesas de Campanha – Brindes e outras ofertas” e no “Mapa 7 – Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, Comunicação impressa e digital” as seguintes despesas, no valor total de 8.654,89€. Ora, atenta a natureza dos meios concretamente adquiridos no caso em análise, que só podem ser utilizados em ações de campanha, não soçobram dúvidas quanto à necessidade de cumprir in casu o dever de comunicação imposto pelo referido artigo 16.º, n.º 1, (cfr. fls. 70, 73, 95 verso, 96 verso e 97 do PA):

em EUR

Nome do fornecedor	Documentos			Descrição da despesa	Valor
	Tipo	Número	Data		
Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda.	Fatura	628	22/10/2020	"Esferográficas"	782,00
				"T-Shirt Keya branca (stock)"	3 502,00
Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda.	Fatura	3735	22/10/2020	"Desdobráveis com 2 rubrica em simultaneo (12,500+7.500) no formato A4 aberto, Impressão 4/4 cores quadricromia em papel 80 grs acabamentos 1 dobra a meio - S. Miguel"	870,00
Accional - Publicidade e Comunicação Visual, Lda.	Fatura	3736	22/10/2020	"Desdobráveis com 1 no formato A4 aberto, Impressão 4/4 cores quadricromia em papel 80 grs acabamentos 1 dobra a meio"	726,00



Refere-se que, de acordo com a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 870/2023, 872/2023, 873/2023 e 875/2023, 876/2023), e sem prejuízo dos meios que, pela sua natureza, se configuram como meios somente utilizáveis em ações de campanha, como é o caso dos autos, determinante para efeitos de verificação do cumprimento do dever de comunicação previsto no referido artigo 16.º, n.º 1, é a demonstração de qual a ação de campanha realizada em que os referidos meios foram utilizados.

Pelo exposto, é se concluir que, no caso em apreço, a conduta descrita importa o incumprimento do artigo 16.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura e sua mandatária financeira, não tendo sido exercido o direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação do artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **Partido Popular Monárquico** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas, designadamente nas demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 2.1.);
- b) Verifica-se incumprimento do regime legal das receitas de campanha provenientes de contribuições de partidos políticos (ver ponto 2.2.);
- c) Verifica-se incumprimento relativo a despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 2.3.);
- d) Verifica-se incumprimento pela ausência de comunicação das ações e meios de campanha (ver ponto 2.4.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.



Lisboa, 20 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

João Pires
(Vogal, ROC)